

JUVENTUDE, TERRITÓRIO E ESTADO EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISES DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Wagner Alexandre Siteo¹, Jossias Alberto António Sozinho²,
Alice Teresa Perreira Shuman³, Alcinda Raimundo Banguine Mazive⁴

Resumo: Moçambique apresenta uma estrutura demográfica jovem, com cerca de 46% da população entre 0 e 14 anos e uma abundância de recursos naturais. No entanto, o país enfrenta altos níveis de desemprego juvenil, precariedade habitacional e urbanização desigual, destacando as limitações estruturais do Estado em gerir a juventude e converter esses recursos em desenvolvimento inclusivo. Este artigo analisa a incapacidade do governo moçambicano de abordar os desafios demográficos, conectando aspectos como distribuição populacional, planeamento territorial, acesso à terra, habitação e exploração de recursos naturais no contexto do desenvolvimento nacional. A pesquisa, de natureza qualitativa e com enfoque analítico-descritivo, baseia-se na revisão da literatura e na análise de dados oficiais (INE, ONU, Banco Mundial). Os resultados mostram que a juventude enfrenta dificuldades laborais, acesso restrito a habitação formal e desigualdades regionais, enquanto a expansão do ensino superior não se traduz em oportunidades produtivas efectivas. Muitas áreas adequadas para habitação permanecem subutilizadas e a gestão das receitas da exploração mineral é ineficiente, contribuindo para a exclusão socioeconómica. Conclui-se que a fragilidade no planeamento estatal e a má governança comprometem o aproveitamento do potencial juvenil, perpetuando desigualdades. Recomenda-se a

-
- 1 Professor junto do Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique (ISCIM) e da Universidade Aberta do Instituto Superior de Ciências e Educação a Distância (UnISCED). Doutorando em Ciência Política e Relações Intencionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Católica de Moçambique – Extensão de Maputo. Correio electrónico: wagneralexandresiteo@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0003-9806-1388>
 - 2 Doutorando do curso de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Católica de Moçambique - Extensão de Maputo. É Mestre em População e Desenvolvimento e Licenciado em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane. Correio electrónico: jossiassozinho@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0006-1221-8703>
 - 3 Docente, Investigadora, Directora Pedagógica e Chefe do Departamento de ciências Jurídicas no Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique (ISCIM), doutoranda do curso de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Católica de Moçambique - Extensão de Maputo; Mestre em Direito do Trabalho pela Universidade Técnica de Moçambique e Licenciada em Direito pela Universidade Eduardo Mondlane. Correio electrónico: direito.coordenacao.2014@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0002-6661-7583>.
 - 4 Professora titular das disciplinas na área de Direito no Instituto superior de Comunicação e Imagem de Moçambique (ISCIM), Universidade São Tomas de Moçambique (USTM) e no Instituto Superior de Gestão de Negócios (ISGN). Doutoranda em Ciência Política e Relações Intencionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Católica de Moçambique – Extensão de Maputo. Correio electrónico: alcamazive@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0007-2637-7120>

-- ARTIGO RECEBIDO EM 26/02/2026. ACEITO EM 12/05/2026. --

adoção de políticas públicas integradas focadas na juventude, educação, habitação e redistribuição da riqueza nacional, visando um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Palavras-chave: população; planeamento territorial; crescimento; Moçambique.

YOUTH, TERRITORY, AND STATE IN MOZAMBIQUE: ANALYSES OF NATIONAL DEVELOPMENT

Abstract: Mozambique has a young demographic structure, with approximately 46% of the population aged between 0 and 14 years and an abundance of natural resources. However, the country faces high levels of youth unemployment, housing insecurity, and uneven urbanization, highlighting the structural limitations of the State in managing youth and transforming these resources into inclusive development. This article analyzes the government's inability to address demographic challenges, linking aspects such as population distribution, territorial planning, access to land, housing, and the exploitation of natural resources within the context of national development. The research is qualitative in nature and takes an analytical-descriptive approach, relying on a review of the literature and an analysis of official data (INE, UN, World Bank). The findings indicate that youth face labor difficulties, limited access to formal housing, and regional inequalities, while the expansion of higher education does not lead to effective productive opportunities. Many suitable housing areas remain underutilized, and the management of revenues from mineral exploitation is inefficient, contributing to socioeconomic exclusion. It is concluded that the fragility in state planning and poor governance compromise the utilization of youth potential, perpetuating inequalities. The adoption of integrated public policies focused on youth, education, housing, and equitable redistribution of national wealth is recommended, aiming for sustainable and inclusive development.

Keywords: population; territorial planning; growth; Mozambique.

1 INTRODUÇÃO

Moçambique apresenta uma demografia predominantemente jovem, inserida em um cenário de mudanças económicas, territoriais e institucionais que aumentam o interesse académico e político. Conforme os dados do Instituto Nacional de Estatística (2019a, 2019b, 2021 e 2022) e do Banco Mundial (2023), o país apresenta uma das maiores proporções de jovens na África Subsaariana, juntamente com abundantes recursos naturais estratégicos, como gás natural, carvão, grafite e areias pesadas. Contextos demográficos semelhantes têm sido frequentemente analisados na literatura internacional à luz do conceito de transição demográfica e suas potenciais consequências económicas (Bloom, Canning & Sevilla, 2003).

A relação entre juventude e desenvolvimento económico tem sido amplamente discutida por órgãos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Organização Internacional do Trabalho, que argumentam que uma elevada proporção de jovens pode ser uma oportunidade para impulsionar o crescimento económico, desde que acompanhada de políticas efectivas em educação, emprego, industrialização e inclusão produtiva. A literatura sobre “dividendo demográfico” aponta que a obtenção de benefícios económicos a partir de uma estrutura etária favorável depende de investimentos contínuos em capital humano, criação de empregos formais e estabilidade institucional (Bloom *et al.*, 2003; UNDP, 2021).

Na África, diversos estudos abordam as dificuldades na inserção de jovens qualificados em mercados de trabalho caracterizados pela informalidade e pela escassa diversificação

produtiva. Pesquisadores como Carlos Nuno Castel-Branco (2017) e Joseph Hanlon e Teresa Smart (2023), discutem as limitações estruturais das economias que dependem de recursos naturais, destacando a necessidade de políticas industriais integradas que promovam a absorção efectiva da força de trabalho jovem. Relatórios do Banco Africano de Desenvolvimento também ressaltam que a expansão do ensino superior, sem uma transformação estrutural correspondente na economia, tende a resultar em desajustes entre a formação académica e as oportunidades de emprego (Mosca, 2018).

No contexto de Moçambique, observou-se um crescimento significativo do número de instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, o que é visto como parte dos esforços para democratizar o acesso à educação. Entretanto, a literatura especializada aponta os desafios na absorção de graduados pelo mercado formal, especialmente em um contexto onde o sector informal ainda representa uma parte substancial do emprego urbano (OIT, 2020; INE, 2021). Essa dinâmica levanta questões sobre a conexão entre políticas educacionais, estratégias de desenvolvimento produtivo e planeamento económico.

Outro aspecto relevante na literatura diz respeito à dimensão territorial do desenvolvimento. Estudos sobre a urbanização na África Austral mostram que os jovens são o principal grupo envolvido em migrações internas, frequentemente em busca de oportunidades económicas e educacionais. Pesquisadores como Santos (1996) e Harvey (2005, 2008 e 2012) contribuem para a compreensão das relações entre espaço, exclusão socioeconómica e desigualdade territorial, ressaltando a importância do planeamento territorial e da gestão fundiária na criação de oportunidades urbanas. No caso específico de Moçambique, a Constituição estabelece que a terra é propriedade do Estado e seu uso é regulado por legislações específicas (Constituição da República de Moçambique, 2004), tornando essencial analisar as dinâmicas de acesso dos jovens à terra e à habitação em áreas urbanas e suburbanas.

Apesar do aumento da produção académica sobre juventude, demografia e recursos naturais em África, ainda há uma articulação analítica limitada entre a estrutura etária, as políticas públicas de inclusão juvenil, o planeamento territorial e o modelo económico baseado na extracção de recursos no contexto moçambicano. Muitos estudos abordam essas dimensões de maneira sectorial, sem considerar as interdependências entre demografia, território e a economia política dos recursos (Mosca, 2018).

Com base nesse contexto, o presente artigo visa investigar a relação entre a estrutura demográfica jovem, as políticas públicas de inclusão socioeconómica e as dinâmicas territoriais em Moçambique, buscando entender como a interacção (ou falta de interacção) entre essas dimensões afecta os desafios contemporâneos do desenvolvimento nacional.

2 QUE DIZ A LITERATURA

A produção científica recente sobre juventude, território e Estado em contextos africanos tem evoluído no sentido de um maior apuramento analítico, organizando-se em torno de três dimensões estruturantes: o potencial e os limites do bônus demográfico, a articulação entre educação e transformação estrutural das economias, e as assimetrias territoriais associadas aos processos de urbanização e à exploração de recursos naturais.

No caso de Moçambique, essas dimensões não operam de forma isolada, mas interagem de maneira complexa, exigindo uma abordagem analítica integrada que considere simultaneamente variáveis institucionais, económicas e espaciais (Banco Mundial, 2023; UNFPA, 2022).

Do ponto de vista teórico, o conceito de bónus demográfico continua a desempenhar um papel central na compreensão das trajetórias de desenvolvimento. A literatura atual sustenta que países com elevada proporção de população jovem podem beneficiar de uma fase favorável ao crescimento económico, desde que sejam implementadas políticas eficazes de investimento em capital humano e expansão de oportunidades de emprego (UNFPA, 2022; UNDESA, 2021). Contudo, evidências empíricas demonstram que, em grande parte dos países africanos, essa potencial vantagem tem sido limitada pela ausência de transformações estruturais nas suas economias, resultando em níveis persistentes de desemprego juvenil e subaproveitamento da força de trabalho (ILO, 2022; Banco Mundial, 2022).

A literatura sobre África Subsaariana reforça este carácter ambivalente. Dados indicam que uma parcela significativa da juventude se encontra inserida em formas de emprego precário, informal ou de baixa produtividade, o que reduz a capacidade de conversão do capital humano em crescimento económico sustentado (ILO, 2022). Paralelamente, análises do Banco Mundial evidenciam que a debilidade dos sectores produtivos limita a absorção de jovens qualificados, contribuindo para a reprodução de ciclos de exclusão económica e social (Banco Mundial, 2023).

No contexto específico moçambicano, estudos apontam para a persistência de uma estrutura económica pouco diversificada, fortemente dependente de actividades extractivas e com reduzida capacidade de geração de emprego formal, tem implicações directas para a juventude, particularmente no que concerne à inserção no mercado de trabalho. Apesar da expansão significativa do ensino superior nas últimas décadas, os níveis de desemprego qualificado permanecem elevados, evidenciando uma clara desconexão entre a formação académica e as exigências do sistema produtivo (MCTES, 2022; ILO, 2022).

Adicionalmente, observa-se que a oferta formativa no ensino superior em Moçambique permanece predominantemente concentrada nas áreas das ciências sociais e humanas, em detrimento de cursos de natureza técnica e tecnológica. Esta configuração reflecte não apenas a limitada presença de instituições com vocação técnico-profissional, mas também um contexto social que tende a desincentivar a procura por formações técnicas. Tal desincentivo está associado, por um lado, a percepções sobre a qualidade dessas formações e, por outro, à fragilidade do tecido produtivo nacional (UNDP, 2021; Banco Mundial, 2023).

Com efeito, a recorrente paralisação e o encerramento de unidades industriais, particularmente nos sectores de transformação de matérias-primas, reduzem a capacidade de absorção de profissionais técnicos e limitam a valorização social dessas qualificações. Este cenário contribui para a reprodução de uma economia dependente da importação de bens transformados, enfraquecendo a base industrial e restringindo o desenvolvimento de capacidades tecnológicas e inovadoras no país. Consequentemente, a juventude vê reduzidas as suas oportunidades de inserção em sectores produtivos de maior valor agregado, o que compromete o potencial de transformação estrutural da economia moçambicana

(SITOE, 2025). Neste sentido, a análise da expansão do ensino superior em Moçambique deve ser enquadrada no contexto mais amplo das limitações estruturais da economia, que condicionam a absorção de mão-de-obra qualificada.

No plano territorial, os estudos sobre urbanização em África evidenciam padrões marcados por crescimento acelerado e, frequentemente, desordenado. No caso moçambicano, relatórios recentes indicam que a expansão urbana se encontra fortemente concentrada em centros como Maputo e Matola, reflectindo a distribuição desigual das oportunidades económicas e dos serviços públicos (Banco Mundial, 2023; UN-Habitat, 2021). Este padrão contribui para o aprofundamento das desigualdades regionais e intensifica os fluxos migratórios internos, sobretudo entre jovens em busca de melhores condições de vida.

A literatura destaca igualmente que a urbanização sem planeamento adequado tende a produzir efeitos negativos significativos, incluindo a proliferação de assentamentos informais, a precariedade habitacional e a sobrecarga das infra-estruturas urbanas (UN-Habitat, 2021). Em Moçambique, análises recentes indicam que grande parte do crescimento urbano ocorre à margem dos instrumentos formais de ordenamento territorial, revelando fragilidades institucionais na gestão do espaço urbano (Banco Mundial, 2022).

A problemática da habitação e do acesso à terra emerge, neste contexto, como um dos principais desafios enfrentados pela juventude urbana. O acesso a habitação adequada permanece limitado devido a factores como os elevados custos, a escassez de mecanismos de financiamento acessível e as insuficiências nos sistemas de regulação fundiária (UN-Habitat, 2021; Banco Mundial, 2023). Consequentemente, a ocupação informal do solo urbano configura-se como uma estratégia recorrente de acesso à terra, reflectindo não apenas estrangulamentos económicos, mas também falhas estruturais na governação territorial.

No domínio da economia política, a literatura recente sobre países ricos em recursos naturais tem sublinhado a persistência de modelos extractivos caracterizados por baixa capacidade de geração de emprego. Sectores como a mineração e o gás natural, embora contribuam significativamente para os indicadores macroeconómicos, apresentam reduzida capacidade de absorção de mão-de-obra e limitados efeitos multiplicadores sobre o restante da economia (EITI, 2022; Banco Mundial, 2022). Este padrão tem implicações particularmente relevantes para a juventude, que permanece, em grande medida, excluída dos benefícios associados à exploração desses recursos.

Adicionalmente, estudos indicam que a concentração de investimentos em enclaves extractivos tende a acentuar desigualdades territoriais e sociais, sobretudo em regiões periféricas (UNDP, 2021). Em Moçambique, esta dinâmica manifesta-se de forma evidente em áreas afectadas por grandes projectos extractivos, onde coexistem elevados níveis de riqueza mineral e energética com condições persistentes de pobreza e desemprego juvenil (Banco Mundial, 2022).

A literatura sobre governação tem igualmente enfatizado a centralidade da capacidade estatal na promoção do desenvolvimento. Nos últimos anos, diversos estudos têm destacado que a fragmentação institucional e a ausência de coordenação entre sectores constituem obstáculos significativos à implementação de políticas públicas eficazes (UNDP, 2021; Banco Mundial, 2023). No caso moçambicano, a falta de articulação entre políticas

de educação, emprego, habitação e ordenamento territorial compromete a eficácia das intervenções estatais e limita a inclusão socioeconómica da juventude.

Neste quadro, organismos internacionais têm defendido a adopção de abordagens integradas de desenvolvimento, capazes de articular diferentes dimensões estruturais. O aproveitamento do bónus demográfico depende, assim, da implementação de políticas coordenadas que promovam simultaneamente educação de qualidade, geração de emprego produtivo e inclusão territorial (UNFPA, 2022; UNDP, 2021).

Portanto, a literatura converge na ideia de que o desenvolvimento juvenil em Moçambique não pode ser compreendido de forma isolada, nem reduzido a factores demográficos ou educacionais. Trata-se de um processo que exige uma transformação estrutural mais ampla, envolvendo a reconfiguração da economia, o reforço da capacidade estatal e a redução das desigualdades territoriais. A juventude constitui, neste contexto, um recurso estratégico para o desenvolvimento, mas também um grupo particularmente exposto a dinâmicas de exclusão. A ausência de políticas públicas integradas tende a converter o potencial demográfico em pressão social, agravando assimetrias e comprometendo a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo.

3 METODOLOGIA

O presente artigo adopta uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, analítica e descritiva, ancorada na tradição interpretativa das ciências sociais. A opção por esta abordagem justifica-se pela complexidade do objecto de estudo, que envolve a articulação entre dinâmicas demográficas, políticas públicas, economia extractiva, juventude e organização territorial em Moçambique. Trata-se de um fenómeno multidimensional cuja compreensão exige uma leitura contextual, histórica e institucional, não redutível a modelos estritamente estatísticos.

Conforme sustentam Creswell e Poth (2018), a abordagem qualitativa é particularmente adequada para a interpretação de processos sociais complexos, permitindo captar relações estruturais, institucionais e espaciais que escapam às abordagens quantitativas tradicionais. Complementarmente, a perspectiva interpretativa de Denzin e Lincoln (2017) orienta a análise ao enfatizar a centralidade do contexto histórico, político e institucional na produção dos fenómenos sociais, especialmente em contextos africanos marcados pela coexistência entre formalidade institucional e práticas informais de governação.

3.1 Tipo e desenho do estudo

A investigação configura-se como um estudo exploratório-descritivo com vertente analítica, estruturado metodologicamente como pesquisa documental e revisão crítica sistematizada da literatura. Este tipo de desenho é recomendado em contextos nos quais o problema de investigação apresenta dispersão teórica, fragmentação temática ou insuficiência de estudos integradores.

O estudo segue a lógica do estudo de caso contextual ampliado, inspirado na proposta metodológica de Yin (2018), orientada para a compreensão aprofundada de um fenómeno contemporâneo no seu contexto real. Embora não se trate de estudo de caso

clássico com recolha de dados primários em campo, a investigação adopta os princípios de triangulação documental, estatística e espacial, permitindo maior robustez analítica e validade interpretativa.

O recorte espacial incidiu sobre o território nacional moçambicano, com especial atenção às dinâmicas urbanas de Maputo e Matola, por constituírem os principais polos de concentração populacional juvenil, expansão urbana e oportunidades económicas. O recorte temporal concentrou-se no período de 2000 a 2025, por corresponder à fase de expansão do ensino superior, intensificação da urbanização, consolidação do sector extractivo e actualização dos principais instrumentos normativos e estatísticos utilizados na análise.

3.2 Fontes de dados e critérios de selecção

A pesquisa baseou-se em três categorias principais de fontes. A primeira categoria compreendeu literatura científica indexada em bases de dados reconhecidas internacionalmente, nomeadamente Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar, com incidência sobre estudos publicados entre 2000 e 2025. Foram utilizadas combinações de descritores em português e inglês, tais como “juventude”, “bónus demográfico”, “urbanização”, “território”, “Moçambique”, “youth employment”, “demographic dividend” e “territorial planning”.

Os critérios de inclusão da literatura científica foram:

- Pertinência directa ao problema de investigação;
- Publicação em revistas científicas indexadas, livros académicos ou relatórios técnicos institucionais;
- Atualidade teórica e empírica;
- Relevância para o contexto africano e/ou moçambicano;
- Possibilidade de verificação pública da fonte.

Foram excluídas publicações sem revisão académica, textos opinativos sem base empírica, fontes não verificáveis e materiais com duplicação temática sem contribuição analítica adicional. A segunda categoria integrou fontes estatísticas e relatórios institucionais provenientes do Instituto Nacional de Estatística, Banco Mundial (2022), Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022), UNDP (2021), UNFPA (2022), FAO (2020) e UN-Habitat (2021). Estas fontes forneceram dados sobre estrutura etária, desemprego juvenil, informalidade laboral, urbanização, educação superior, habitação e exploração de recursos naturais.

A terceira categoria incluiu fontes normativas e documentos de política pública, tais como a Constituição da República, legislação fundiária, planos nacionais de ordenamento territorial, relatórios ministeriais e documentos sectoriais sobre juventude, habitação e recursos naturais. Ao todo, foram inicialmente identificadas 87 fontes, das quais 49 foram seleccionadas para análise final, após aplicação dos critérios de relevância, actualidade, credibilidade e aderência temática.

3.3 Procedimentos de análise dos dados

O tratamento dos dados foi realizado por meio da análise de conteúdo temática, com base no método proposto por Bardin (2016). O processo analítico foi desenvolvido em três etapas. A primeira consistiu na pré-análise, envolvendo leitura flutuante, organização do corpus documental e definição dos eixos analíticos. A segunda correspondeu à exploração do material, mediante codificação temática e agrupamento dos conteúdos em categorias analíticas. A terceira etapa incidiu sobre a interpretação inferencial, articulando os dados empíricos com os referenciais teóricos mobilizados.

As categorias analíticas definidas foram:

- Estrutura demográfica e dependência etária;
- Juventude e inserção produtiva;
- Ensino superior e mercado de trabalho;
- Urbanização e desigualdade territorial;
- Habitação e acesso à terra;
- Recursos naturais e economia extractiva;
- Governação e capacidade institucional.

Adicionalmente, foi empregue triangulação metodológica, nos termos de Yin (2018), mediante cruzamento entre dados documentais, estatísticos e espaciais, com o objectivo de reduzir vieses interpretativos e fortalecer a validade interna do estudo.

3.4 Análises cartográfica e espacial

A dimensão espacial foi analisada a partir de uma abordagem interdisciplinar entre geografia crítica, planeamento territorial e análise documental cartográfica. A interpretação fundamentou-se teoricamente em Santos (1996), no que se refere ao território como expressão material das relações sociais, e em Harvey (2012), relativamente à produção desigual do espaço. Foram examinados mapas oficiais, relatórios geoespaciais, dados censitários e documentos institucionais sobre distribuição populacional, expansão urbana, localização de projectos extractivos e regimes de uso da terra.

Embora não tenham sido produzidos mapas originais com recurso a Sistemas de Informação Geográfica, a análise espacial baseou-se em cartografia oficial e documentos técnicos validados institucionalmente, assegurando consistência empírica e rigor interpretativo.

3.5 Limitações metodológicas e considerações éticas

A principal limitação do estudo reside na utilização exclusiva de dados secundários, o que restringe a incorporação de percepções subjectivas e experiências vividas pela juventude moçambicana. A ausência de trabalho de campo, entrevistas ou inquéritos impossibilita a captação directa das representações sociais, estratégias de sobrevivência e trajectórias juvenis no mercado de trabalho e no espaço urbano. Outra limitação refere-se à dependência da actualização e qualidade das bases estatísticas institucionais, as quais podem apresentar

defasagens temporais, assimetrias territoriais e sub-registo, particularmente em contextos de informalidade.

Adicionalmente, a inexistência de análise espacial com SIG limita a precisão cartográfica das inferências territoriais, embora esta limitação tenha sido parcialmente mitigada pela triangulação com relatórios técnicos oficiais.

Do ponto de vista ético, por se tratar de pesquisa baseada exclusivamente em fontes públicas e secundárias, não houve envolvimento directo de participantes humanos, não sendo necessária submissão a comité de ética. Foram observados os princípios de integridade científica, transparência metodológica e rigor na citação das fontes, em conformidade com a ABNT NBR 6023:2025.

4 RESULTADOS

Os resultados neste estudo são apresentados de forma integrada, combinando análise demográfica, territorial, socioeconómica e institucional, com recurso a tabelas sintéticas e mapas analíticos, de modo a evidenciar empiricamente a incapacidade estrutural do Estado moçambicano na gestão da juventude, do território e dos recursos nacionais.

4.1 Estrutura Demográfica e Predominância da Juventude

A avaliação da estrutura etária da população em Moçambique demonstra uma demografia com uma base ampla, o que sugere uma elevada proporção de crianças e jovens. De acordo com informações do Instituto Nacional de Estatística e do Banco Mundial, cerca de 46% da população está na faixa etária de 0 a 14 anos, enquanto aproximadamente 20% está entre 15 e 24 anos. A faixa etária considerada potencialmente activa, que corresponde a pessoas entre 25 e 64 anos, representa cerca de 30% da população, enquanto apenas em torno de 4% consiste em indivíduos com 65 anos ou mais, como apresenta a Tabela 1.

Tabela 1 – Estrutura Etária da População Moçambicana

| Faixa etária | Percentagem (%) | Observação demográfica |
|--------------|-----------------|--|
| 0–14 anos | ~46 | Elevada dependência juvenil |
| 15–24 anos | ~20 | Expressiva presença de jovens |
| 25–64 anos | ~30 | Proporção moderada de população potencialmente ativa |
| ≥65 anos | ~4 | Baixa proporção de idosos |

Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (2019a e 2019b) e Banco Mundial (2023).

A configuração demográfica de Moçambique sugere que o país está em uma fase de transição marcada por uma elevada dependência de jovens, enquanto a representação da população idosa é bastante reduzida. Sob a perspectiva demográfica, essa estrutura etária traz tanto desafios quanto oportunidades que estão ligadas à necessidade de ampliar serviços nas áreas de educação, saúde, formação profissional e futuras oportunidades de emprego.

É importante ressaltar que a mera análise da distribuição etária não é suficiente para estabelecer relações causais com o desempenho económico, os índices de emprego ou a eficácia das políticas públicas. No entanto, a literatura relacionada à transição demográfica e ao dividendo demográfico aponta que uma estrutura populacional com uma alta proporção de jovens demanda a implementação de políticas coordenadas que invistam no capital humano e promovam a criação de oportunidades produtivas para que se possa aproveitar esse potencial (Bloom, Canning & Sevilla, 2003).

4.2 Educação Superior, Juventude Qualificada e Inserção no Mercado de Trabalho

Dados Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2022), revelam que o sistema de ensino superior em Moçambique experimentou uma notável expansão ao longo das últimas duas décadas. Segundo este Ministério, a quantidade de instituições de ensino superior aumentou de menos de 10% no início dos anos 1990 para mais de 50% após 2020, abrangendo tanto instituições públicas quanto privadas (MCTES, 2022). Simultaneamente, o número de alunos matriculados cresceu de cerca de 15.000 no final da década de 1990 para mais de 200.000 na década de 2020, evidenciando um aumento significativo no acesso ao ensino superior (MCTES, 2022). Esse crescimento quantitativo pode ser visualizado na Tabela 2, que exhibe indicadores seleccionados relacionados à formação superior e à inserção no mercado de trabalho.

Tabela 2 – Indicadores de Ensino Superior e Mercado de Trabalho Juvenil em Moçambique

| Indicador | Valor aproximado | Fonte |
|--|-------------------------|--|
| Número de instituições de ensino superior (2022) | >50 | MCTES (2022) |
| Estudantes matriculados (2022) | >200.000 | MCTES (2022) |
| Taxa de desemprego juvenil (15–24 anos) | ~25–30% | International Labour Organization (2022) |
| Proporção de emprego informal no total nacional | >80% | ILO (2022); Banco Mundial (2023) |

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2022).

Os dados indicam que, embora tenha ocorrido ampliação do acesso ao ensino superior, o mercado de trabalho nacional permanece caracterizado por elevada informalidade e níveis expressivos de desemprego juvenil. De acordo com a ILO (2022), a taxa de desemprego entre jovens é significativamente superior à taxa média nacional, e a maioria dos trabalhadores encontra-se no sector informal, especialmente em áreas urbanas.

Importa salientar que os dados apresentados não permitem, por si só, estabelecer relação causal direta entre expansão do ensino superior e dificuldades de inserção laboral. Contudo, a coexistência entre crescimento do número de graduados e elevada informalidade laboral constitui elemento relevante para análise estrutural subsequente.

No plano social, relatórios do Centro de Integridade Pública (CIP, 2020) e estudos de Hanlon e Smarte (2023) têm documentado episódios de tensão social associados a desemprego urbano, incluindo greves, protestos pós-eleitorais e manifestações juvenis em centros urbanos. Registos de crises pós-eleitorais, confrontos com forças policiais e episódios de violência colectiva foram amplamente reportados por organizações nacionais e internacionais, embora tais ocorrências não possam ser atribuídas exclusivamente ao desemprego juvenil ou à formação superior.

Assim, os dados aqui apresentados limitam-se a descrever a evolução do ensino superior e indicadores laborais juvenis, reservando-se à secção de Discussão a análise interpretativa das possíveis interações entre qualificação académica, mercado de trabalho e dinâmicas sociais.

4.3 Dinâmicas Espaciais e Mobilidade Juvenil

A análise espacial, fundamentada em dados do censo (INE, 2019a) e relatórios oficiais, revela uma considerável concentração populacional em certos centros urbanos de Moçambique, como Maputo, Matola, Beira e Nampula. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019b), a taxa de urbanização tem crescido de forma constante nas últimas décadas, com um aumento especialmente acentuado nas capitais provinciais e em áreas metropolitanas.

Os dados do INE (2019b) mostram que a população urbana passou de cerca de 21% no início da década de 1990 para mais de 35% nas duas décadas seguintes, reflectindo um aumento nos fluxos migratórios internos. Embora os censos não revelem directamente as motivações pessoais por trás da migração, estudos sobre mobilidade interna em Moçambique apontam que factores como acesso à educação, emprego, serviços de saúde e redes familiares têm um papel significativo nas decisões migratórias (Maloa *at al*, 2019; Banco Mundial, 2023).

A literatura sobre urbanização na África destaca que o crescimento urbano acelerado frequentemente resulta na formação de assentamentos informais, especialmente quando a oferta de infra-estrutura, habitação formal e empregos não acompanha o ritmo do crescimento populacional (UN-Habitat, 2020). No contexto de Moçambique, relatórios do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos indicam que uma parte significativa da população urbana vive em bairros informais, com acesso limitado a serviços básicos (Banco Mundial, 2023).

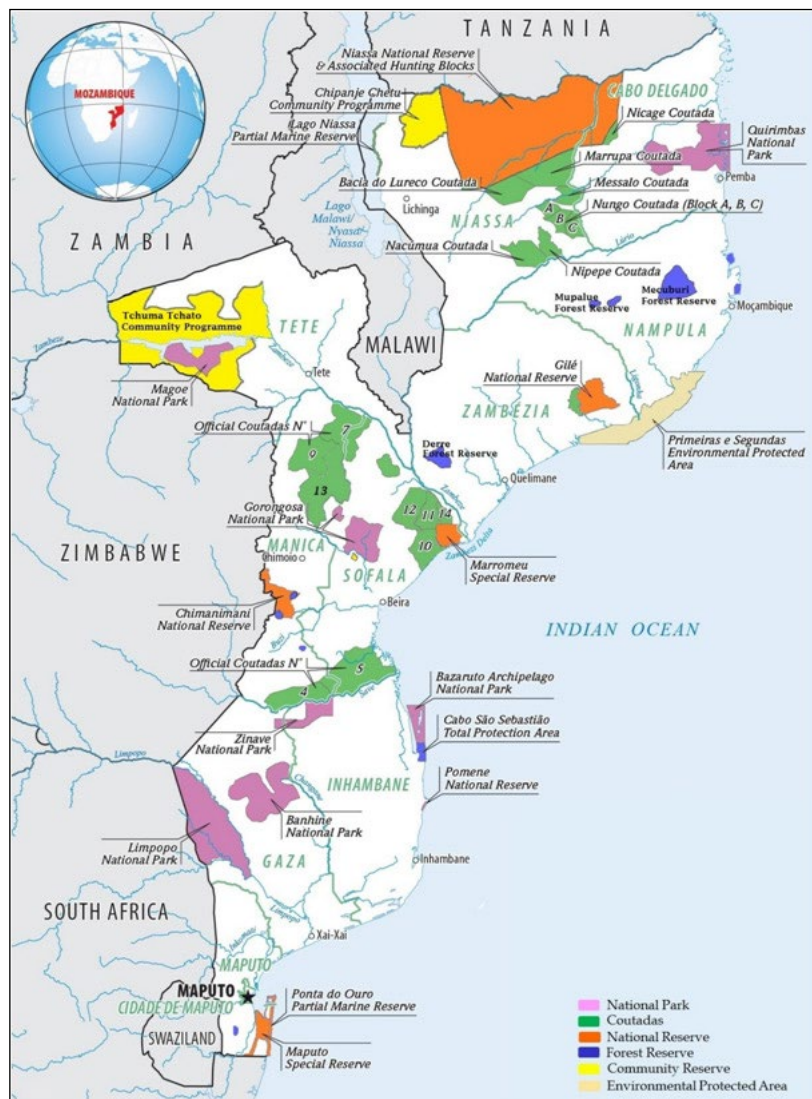
4.4 Acesso à Terra, Ordenamento Territorial

Em contrapartida, à ideia de escassez de espaço, os dados revelam que Moçambique possui vastas áreas disponíveis para habitação, tanto urbana quanto rural, com excepção das zonas destinadas à conservação ambiental e às áreas de exploração mineral, conforme mostrado no Mapa Analítico 1 abaixo.

Este mapa demonstra que o desafio habitacional enfrentado pela juventude não está relacionado à falta de terra, mas sim à carência de políticas públicas eficazes de ordenamento territorial, processos claros para a concessão de DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento

da Terra) e planeamento adequado de assentamentos urbanos e rurais (FAO, 2020; UN-Habitat, 2020).

Mapa Analítico 1: Áreas Potenciais para Habitação e Desenvolvimento Juvenil (Excluindo reservas naturais e zonas de mineração)



Fonte: Maps (2025).

Pesquisas sobre dinâmicas fundiárias em contextos africanos e moçambicanos indicam que, quando os mecanismos de regularização formal não são acessíveis ou funcionais, ocorre uma ocupação informal do espaço, frequentemente mediada por práticas tradicionais ou acordos sociais locais (Tanner, 2010; CIP, 2020). Esse fenómeno não deve ser visto apenas

como uma acção ilegal de indivíduos, mas como uma consequência de falhas institucionais e da falta de políticas habitacionais inclusivas.

Para os jovens, as dificuldades no acesso à terra formal são ainda mais acentuadas por barreiras económicas, burocráticas e de informação, levando muitos a ocuparem terrenos de maneira não regulamentada ou a buscarem alternativas habitacionais informais. A análise sugere que a solução para esse problema requer políticas integradas que unam a concessão justa de DUAT, um planeamento territorial participativo e a criação de vilas planeadas que promovam a inclusão social e um desenvolvimento urbano sustentável.

O Mapa Analítico 1 evidencia que o problema habitacional juvenil não decorre da falta de terra, mas da ausência de políticas públicas de ordenamento territorial, atribuição equitativa de DUAT e criação de vilas planificadas. A ocupação informal e a mercantilização ilegal da terra por “nativos” emergem como consequência direta desse vazio institucional.

4.5 Habitação, Rendimentos e Inclusão da Juventude

A análise da relação entre rendimentos juvenil e acesso à habitação formal evidencia um descompasso significativo. Conforme sintetizado na Tabela 4, os níveis salariais médios são insuficientes para permitir a aquisição de habitação estatal ou o pagamento de arrendamento em condições formais.

Tabela 4 – Relação entre Salário Mínimo e Acesso à Habitação

| Indicador | Valor médio |
|----------------------------|-----------------|
| Salário mínimo nacional | ~8.000 MZN |
| Preço de habitação estatal | ≥15.000.000 MZN |
| Arrendamento médio mensal | ≥15.000 MZN |

Fonte: Autores, com base em dados oficiais do INE (2022) e análise empírica.

A tabela indica que, na ausência de programas habitacionais acessíveis e complementares a rendimentos médios, grande parte da juventude enfrenta barreiras estruturais para o acesso à habitação formal, o que reforça padrões de ocupação informal em áreas urbanas e periurbanas (UN-Habitat, 2020; Serra, 2013).

Ao articular os dados demográficos, territoriais e de renda, observa-se que:

1. Moçambique possui uma população jovem numerosa, vasto território disponível e recursos naturais significativos (INE, 2019a; Banco Mundial, 2023);
2. A limitação de políticas públicas efetivas de habitação, ordenamento territorial e redistribuição de recursos contribui para a exclusão estrutural da juventude;
3. O potencial demográfico, frequentemente descrito como “bónus demográfico”, ainda não se traduz em dividendos socioeconómicos devido à falta de articulação entre políticas de emprego, habitação e planeamento territorial (Bloom, Canning, & Sevilla, 2003; OIT, 2022).

Portanto, os dados apresentados indicam que a vulnerabilidade juvenil não decorre de deficiências naturais ou demográficas, mas de lacunas estruturais na governança, políticas habitacionais e planejamento territorial. Essa análise fortalece a compreensão de que políticas integradas são necessárias para transformar a demografia jovem em um recurso produtivo e socialmente inclusivo.

5 DISCUSSÃO

5.1 Juventude, Estrutura Demográfica e o Paradoxo do Bónus Demográfico em Moçambique

Moçambique apresenta uma configuração demográfica marcadamente jovem, característica que, do ponto de vista da teoria da transição demográfica, representa uma potencial janela de oportunidade para a geração do chamado bónus demográfico. Este conceito refere-se à possibilidade de aceleração do crescimento económico quando a proporção da população em idade activa supera significativamente a população dependente, criando condições favoráveis ao aumento da produtividade, da poupança e do investimento social. No entanto, a materialização desse potencial não ocorre de forma automática nem mecânica (Bloom, Canning, & Sevilla, 2003; Canning & Schultz, 2012).

No caso moçambicano, tal possibilidade permanece fortemente condicionada pela persistência de elevadas taxas de dependência juvenil, pela limitada absorção do capital humano no sistema produtivo e, sobretudo, pela insuficiente capacidade institucional do Estado em formular e implementar políticas públicas integradas orientadas para o desenvolvimento sustentável (UNFPA, 2022; Fox *et al.*, 2016).

A juventude, neste contexto, deve ser compreendida não apenas como uma categoria etária, mas como um recurso estratégico para a transformação económica e social (MCTES, 2022). Todavia, OIT (2022) e MCTES (2022) apontam que, esse recurso só se converte em dividendo demográfico quando articulado a investimentos consistentes em educação, saúde, formação técnico-profissional, emprego, habitação e ordenamento territorial. Na ausência dessas condições estruturantes, o crescimento populacional tende a produzir efeitos inversos aos desejados, ampliando a pressão sobre os serviços públicos, intensificando a competição no mercado de trabalho e agravando os desafios urbanos e territoriais. Assim, o paradoxo central da realidade moçambicana reside na coexistência entre uma base populacional promissora e fragilidades persistentes na governação pública, o que impede a transformação do potencial demográfico em dividendos económicos e sociais concretos (McGrath *et al.*, 2020; Pritchett, 2018; Siteo, 2025).

A expansão do ensino superior nas últimas duas décadas constitui, sem dúvida, um dos avanços mais significativos do país no domínio do desenvolvimento humano. O aumento do número de instituições de ensino superior, públicas e privadas, bem como a ampliação do acesso à formação académica e técnica, reflectem um esforço relevante de democratização educacional (MCTES, 2022). Este processo contribuiu para o aumento do número de jovens com qualificações formais, elevando o capital humano disponível no país. Contudo, a expansão quantitativa do sistema educacional não foi acompanhada por uma

transformação equivalente da estrutura produtiva nacional. Em consequência, observa-se uma persistente dissociação entre qualificação académica e inserção laboral, expressa em elevados níveis de desemprego qualificado, subemprego e absorção pela economia informal (Serra, 2013; UN-Habitat, 2021).

Este cenário evidencia que a formação de capital humano, isoladamente, não é suficiente para promover desenvolvimento económico e inclusão social. A literatura sobre desenvolvimento estrutural demonstra que a educação produz efeitos transformadores apenas quando articulada a políticas complementares de industrialização, inovação tecnológica, diversificação económica e fortalecimento do sector produtivo (McGrath *et al.*, 2020; Siteo, 2025).

Em Moçambique, a ausência de sectores económicos com elevada capacidade de absorção de mão-de-obra qualificada tem contribuído para a frustração das expectativas juvenis, prolongando a dependência económica familiar e ampliando a vulnerabilidade social. A juventude qualificada, em vez de constituir um motor do desenvolvimento, passa a integrar um contingente social marcado pela exclusão produtiva, fenómeno que pode comprometer a estabilidade social e política a médio e longo prazo (UN-Habitat, 2021).

No plano territorial, a urbanização acelerada tem sido fortemente concentrada em centros como Maputo e Matola, reflectindo a concentração espacial das oportunidades económicas, institucionais e dos serviços públicos. Este padrão de urbanização não pode ser interpretado apenas como resultado de dinâmicas espontâneas de mobilidade populacional, mas deve ser compreendido como expressão de desigualdades estruturais entre espaços centrais e periféricos (Potts, 2012). A migração juvenil para os principais centros urbanos responde, em grande medida, à ausência de oportunidades económicas e sociais nas zonas rurais e suburbanas, reforçando processos de concentração demográfica e territorial (Auty, 2001; Ferguson, 2006).

A limitada implementação dos instrumentos de ordenamento territorial tem contribuído significativamente para a expansão de assentamentos informais, a precariedade habitacional e a sobrecarga das infra-estruturas urbanas. A insuficiência de políticas eficazes de planeamento urbano e de criação de novas centralidades económicas e residenciais favorece a reprodução de desigualdades socioespaciais, nas quais a juventude ocupa posição particularmente vulnerável. A crise habitacional juvenil, neste sentido, não decorre da inexistência física de terra, mas da fragilidade dos mecanismos de acesso, regulação fundiária e provisão de habitação economicamente acessível (Fukuyama, 2013; Siteo, 2025).

Neste contexto, a ocupação informal do solo urbano emerge como estratégia de sobrevivência, revelando limitações institucionais na efectivação do direito à cidade (Rodríguez e Aráuz, 2018). O problema central não reside, portanto, na disponibilidade territorial em si, mas na incapacidade do Estado em transformar a terra disponível em habitação digna, infra-estruturada e financeiramente compatível com a renda média da juventude. Tal realidade evidencia a necessidade de políticas públicas orientadas para a regulação fundiária, a expansão planeada do espaço urbano e a implementação de programas habitacionais inclusivos (Harvey, 2012; Rodríguez e Aráuz, 2018).

Por outro lado, apesar da relevância estratégica dos recursos naturais para a economia nacional, o modelo extractivo vigente apresenta baixa capacidade de geração de emprego para a juventude, particularmente para jovens qualificados (vide a Tabela 5). Trata-se de um sector intensivo em capital, tecnologicamente avançado e fortemente dependente de investimentos externos, cujos efeitos multiplicadores sobre o emprego local e o desenvolvimento territorial permanecem limitados. A exploração de recursos minerais e energéticos, embora contribua para a geração de receitas macroeconómicas, não tem produzido benefícios proporcionais em termos de inclusão produtiva da juventude (OIT, 2022; MCTES, 2022).

A coexistência entre riqueza mineral e exclusão juvenil aprofunda percepções de desigualdade, injustiça distributiva e fragilidade da coesão social (vide a Tabela 5). Tal fenómeno reforça a ideia de que o crescimento económico baseado em sectores extractivos, quando desacoplado de políticas redistributivas e de desenvolvimento territorial, tende a reproduzir assimetrias estruturais (Auty, 2001; Ferguson, 2006). Neste quadro, a juventude torna-se simultaneamente testemunha e vítima de um modelo económico que gera riqueza sem inclusão, crescimento sem emprego e expansão macroeconómica sem mobilidade social.

Assim, a análise evidencia que o principal constrangimento ao desenvolvimento juvenil em Moçambique não reside na ausência de recursos demográficos, territoriais ou naturais, mas na incapacidade estrutural do Estado em articular políticas públicas integradas. A fragmentação institucional compromete a necessária ligação entre juventude, educação, emprego, habitação, território e desenvolvimento económico, impedindo que o potencial juvenil se converta em factor de estabilidade, crescimento sustentável e coesão social.

Deste modo, o desafio central consiste na construção de uma arquitectura de governação capaz de integrar políticas sectoriais, promover coordenação interinstitucional e orientar estrategicamente os recursos nacionais para a inclusão efectiva da juventude. Sem essa transformação estrutural, o potencial demográfico continuará a traduzir-se em pressão social e territorial. Com ela, poderá constituir a base de um projecto nacional de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável.

Tabela 5. Síntese dos principais indicadores analisados

| Indicador | Valor aproximado | Implicação analítica |
|---|-------------------------|-------------------------------|
| População 0–14 anos | 46% | Alta dependência juvenil |
| População 15–24 anos | 20% | Potencial demográfico |
| População 65+ | 4% | Baixo envelhecimento |
| Desemprego/subemprego juvenil qualificado | >60% | Exclusão produtiva |
| População urbana | 36% | Pressão sobre centros urbanos |
| Urbanização anual | 4,2% | Crescimento urbano acelerado |

Fonte: Autores, com base em dados oficiais do INE (2019a e 2022), Banco Mundial (2022 e 2023) e análise empírica.

6 CONCLUSÕES

Os resultados confirmam que a questão juvenil em Moçambique constitui, fundamentalmente, um problema de natureza estrutural e institucional. A juventude representa simultaneamente um recurso estratégico para o desenvolvimento nacional e um segmento social exposto à exclusão económica, habitacional e territorial.

A investigação demonstra que a mera existência de uma população jovem numerosa, a expansão do ensino superior e a abundância de recursos naturais não produzem, por si só, inclusão social e crescimento sustentável. Tais factores dependem de um modelo de governação capaz de integrar políticas de educação, emprego, ordenamento territorial, habitação e redistribuição económica.

Portanto, o principal desafio reside na construção de uma arquitectura estatal coordenada, orientada para a transformação produtiva da economia e para a inclusão efectiva da juventude no projecto nacional de desenvolvimento.

Deste modo, recomenda-se a formulação de uma política nacional integrada para a juventude, articulada com estratégias de industrialização, desenvolvimento territorial e habitação acessível, de modo a converter o actual potencial demográfico em desenvolvimento sustentável, equidade social e estabilidade política.

REFERÊNCIAS

AUTY, Richard M. **Resource abundance and economic development**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BANCO MUNDIAL. **Mozambique economic update: navigating uncertainty**. Washington, DC: World Bank Group, 2023.

BANCO MUNDIAL. **Mozambique Economic Update: Rebuilding Resilience**. Washington, DC: World Bank, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2016.

BLOOM, David E.; CANNING, David; SEVILLA, Jaypee. **The demographic dividend: a new perspective on the economic consequences of population change**. Santa Monica: RAND Corporation, 2003.

CANNING, David; SCHULTZ, T. Paul. The economic consequences of reproductive health and family planning. **The Lancet**, London, v. 380, n. 9837, p. 165–171, 2012. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60827-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60827-7). Acesso em: 25 dez. 2025.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Desafios da industrialização em Moçambique**. Maputo: IESE, 2017.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA. **Relatórios sobre governação e juventude em Moçambique**. Maputo: CIP, 2020.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Boletim da República**. Maputo, 2004.

CRESWELL, John W.; POTH, Cheryl N. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2018.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The SAGE handbook of qualitative research**. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2017.

EITI – EXTRACTIVE INDUSTRIES TRANSPARENCY INITIATIVE. **Mozambique EITI report**. Oslo: EITI International Secretariat, 2022.

FAO. **Rural employment and livelihoods in Mozambique**. Rome: Food and Agriculture Organization, 2020.

FERGUSON, James. **Global shadows: Africa in the neoliberal world order**. Durham: Duke University Press, 2006.

FOX, Louise; SENBET, Lemma W.; SIMBANEGAVI, Witness. Youth employment in Sub-Saharan Africa: challenges, constraints and opportunities. **Journal of African Economies**, Oxford, v. 25, supl. 1, p. i3–i15, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jae/ejv027>. Acesso em: 27 dez. 2025.

FUKUYAMA, Francis. What is governance? **Governance**, Hoboken, v. 26, n. 3, p. 347–368, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gove.12035>. Acesso em: 29 dez. 2025.

GOOGLE MAPS. **Áreas de conservação de Moçambique**. 2025. Disponível em: <https://www.biofund.org.mz/wp-content/uploads/2016/10/mapa02.jpg>. Acesso em: 28 jan. 2025.

HANLON, Joseph; SMART, Teresa. **Do bicycles equal development in Mozambique?** Woodbridge: Boydell & Brewer, 2023.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, David. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. London: Verso, 2012.

HARVEY, David. **The right to the city**. *New Left Review*, London, n. 53, p. 23–40, 2008.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Mozambique labour market profile**. Geneva: ILO, 2022.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico de Moçambique**. Maputo: INE, 2019a.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Censo da população e habitação de Moçambique**. Maputo: INE, 2019b.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Indicadores demográficos e sociais de Moçambique**. Maputo: INE, 2021.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Relatórios sobre rendimentos e emprego**. Maputo: INE, 2022.

MALOA, José M.; JÚNIOR, Luís N. A dispersão urbana em Moçambique: uma contribuição ao estudo da produção do espaço urbano em Maputo. **Revista Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 45, n. 1, 2019. DOI: 10.5380/raega.v45i1.50743. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330543413_A_DISPERSAO_URBANA_EM_MOCAMBIQUE_UMA_CONTRIBUICAO_AO_ESTUDO_DA_PRODUCAO_DO_ESPACO_URBANO_EM_MAPUTO. Acesso em: 25 dez. 2025.

MCGRATH, Simon; ALLAIS, Stephanie; GU, Qing. Skills for development: human capital or social justice? **Comparative Education**, London, v. 56, n. 4, p. 451–466, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03050068.2020.1812237>. Acesso em: 28 dez. 2025.

MCTES – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR. **Relatório sobre o ensino superior em Moçambique**. Maputo: Governo de Moçambique, 2022.

MINISTÉRIO DA TERRA E AMBIENTE. **Relatório nacional sobre terras e habitação**. Maputo: MTA, 2021.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique: século XXI**. Lisboa: Escolar Editora, 2018.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global employment trends for youth**. Geneva: ILO, 2020.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global employment trends for youth 2022: investing in transforming futures for young people**. Geneva: International Labour Organization, 2022.

POTTS, Deborah. Whatever happened to Africa's rapid urbanisation? **Africa Research Institute**, London, n. 20, p. 1–16, 2012.

PRITCHETT, Lant. **The gains from education: education, growth, and development.** Washington, DC: Center for Global Development, 2018.

RODRÍGUEZ, Cristhian Parrado; ARÁUZ, Andrea Cevallos. Fantasmas na teoria urbana contemporânea? Notas para reivindicar uma atitude crítica. **Plural – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 150–162, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6497/649770013008/html/>. Acesso em: 29 abr. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SERRA, Carlos. **Direito de uso e aproveitamento da terra em Moçambique: problemas e desafios.** Lisboa: Escolar Editora, 2013.

SITOE, Wagner A. De uma educação em coma a um país que caminha sem bússola: reflexões críticas sobre o estado e a sociedade em Moçambique. **Espaço Público: Revista de Políticas Públicas da UFPE**, Recife, 2025. Disponível em: <https://share.google/BQztkldABNXrvcNmb>. Acesso em: 26 fev. 2026.

UNDESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs. **World Population Prospects 2021.** New York: UN, 2021.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 2020/2021.** New York: UNDP, 2021.

UNFPA – United Nations Population Fund. **State of World Population 2022.** New York: UNFPA, 2022.

UN-HABITAT. **Urbanization and housing in Sub-Saharan Africa: Mozambique case study.** Nairobi: UN-Habitat, 2021.

UN-HABITAT. **World Cities Report 2020: the value of sustainable urbanization.** Nairobi: UN-Habitat, 2020.

YIN, Robert K. **Case study research and applications: design and methods.** 6. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2018.